

§ 5º Compromissos previamente agendados e que não ocorrerem deverão constar da agenda com a anotação de cancelamento.

§ 6º Compromissos realizados sem prévio agendamento e as alterações ocorridas nos compromissos previamente agendados, inclusive as relativas aos assuntos tratados, deverão ser registrados na agenda de compromissos públicos em até 2 (dois) dias úteis após a sua realização.

§ 7º Todos os registros de compromissos deverão permanecer disponíveis para visualização, em transparência ativa, pelo período de 2 (dois) anos.

§ 8º Vencido o prazo previsto § 7º deste artigo todos os registros de compromissos deverão compor banco de dados acessível e em formato aberto.

Seção VII

Custeio de atividades por particulares

Art. 28. As despesas relacionadas à participação de agente público em eventos, como seminários, congressos, visitas e reuniões técnicas, no Brasil ou no exterior, que guardem correlação com as atribuições de seu cargo, emprego ou função, promovidos por instituição privada, deverão ser custeadas, preferencialmente, pela ANAC.

§ 1º Excepcionalmente, observado o interesse público, a instituição promotora do evento poderá custear, no todo ou em parte, as despesas relativas a transporte, alimentação, hospedagem e inscrição do agente público, desde que respeitado o previsto na Orientação Normativa Conjunta CEP/CGU nº 01, de 6 de maio de 2016, observado o interesse público, a não ocorrência de conflito de interesse e vedado o recebimento de qualquer tipo de remuneração.

§ 2º O convite para a participação em eventos custeados por instituição privada deverá ser encaminhado ao Diretor-Presidente ou a outra instância ou autoridade por ele designado, que indicará, em caso de aceitação, o representante adequado, tendo em vista a natureza e os assuntos a serem tratados no evento.

§ 3º Os convites mencionados no caput, quando endereçados diretamente a servidor específico, deverão receber a chancela do Diretor-Presidente ou da outra instância ou autoridade por ele designado, para fins de atendimento à exigência expressa no § 2º deste artigo.

Seção VIII

Do recebimento de presentes e outros benefícios

Art. 29. O agente público da ANAC não poderá aceitar, solicitar, exigir ou receber, para si ou para outrem, em razão de suas atribuições ou a pretexto de exercê-las, qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou empréstimo, presentes não enquadrados como brindes, vantagens e favores de qualquer espécie.

§ 1º Nos termos da Resolução CEP nº 03, de 23 de novembro de 2000, não se enquadram na categoria de ajuda financeira ou presente:

I - prêmio em dinheiro ou bens concedidos ao agente público por entidade acadêmica, científica ou cultural, em reconhecimento por sua contribuição de caráter intelectual;

II - prêmio concedido em razão de concurso de acesso público a trabalho de natureza acadêmica, científica, tecnológica ou cultural;

III - prêmio concedido em razão de reconhecimento profissional, desde que o agente público se abstenha de divulgar ou usar informação privilegiada obtida em razão das atividades públicas exercidas, sendo ainda obrigatória a divulgação, em sua agenda pública, quando aplicável, de informações relativas à participação em evento e atividades custeados por terceiros; e

IV - bolsa de estudos vinculada ao aperfeiçoamento profissional ou técnico do agente público, desde que o patrocinador não tenha interesse em decisão que possa ser tomada pelo agente público, em razão do cargo ou emprego que ocupa ou função que exerce.

§ 2º Nos casos relativos a convites ou fornecimento de ingressos a eventos, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Orientação Normativa Conjunta CEP/CGU nº 01, de 2016, é permitido o recebimento quando:

I - o agente público se encontrar no exercício de representação institucional, vedada a transferência a terceiros alheios à instituição;

II - originários de promoções ou sorteios de acesso público, ou de relação consumerista privada, sem vinculação, em qualquer caso, com a condição de agente público do aceitante;

III - ofertados em razão de laços de parentesco ou amizade, sem vinculação com a condição de agente público, e desde que o seu custo seja arcado pela própria pessoa física ofertante; e

IV - distribuídos por órgão ou entidade pública de qualquer esfera de poder, desde que observado o limite de valor fixado pela Comissão de Ética Pública.

Art. 30. Ao agente público da ANAC é permitido aceitar brindes nas seguintes condições:

I - não tenham valor comercial ou sejam distribuídos por entidade de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos ou datas comemorativas, observado o valor estipulado pela Comissão de Ética Pública;

II - tenham periodicidade de distribuição não inferior a 12 (doze) meses; e

III - sejam de caráter geral e não se destinem a agradecer exclusivamente um determinado agente público.

Parágrafo único. O agente público da ANAC não deverá vincular o uso do brinde à imagem institucional da ANAC e de seus agentes públicos no exercício de suas atribuições.

Art. 31. Não sendo viável a recusa ou a devolução imediata de presente cuja aceitação é vedada, o agente público da ANAC deverá destinar o bem à Superintendência de Administração e Finanças - SAF, a fim de que adote as providências cabíveis.

Art. 32. Nos casos protocolares em que houver reciprocidade, é permitido ao agente público aceitar presentes de autoridade estrangeira, devendo ser adotado o mesmo procedimento previsto no art. 31 deste Código, quando cabível.